

Governança e melhoria na CGV: por que a inserção importa?

Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes¹

*¹Universidade Federal do Piauí (UFPI), Chefia do Curso de
Administração (CCA), Teresina, Brasil*

Caio Flavio Stettiner²

*²Fatec Sebrae, Coordenação Curso de Gestão de Negócios
e Inovação, São Paulo, Brasil*

Marcelo T. Okano³

*³CEETEPS e FGV-EAESP, Programa de Mestrado em
Sistemas de Produção, São Paulo, Brasil*

Recebimento:

29/11/2017

Aprovação:

13/02/2019

Editor responsável:

João Maurício Gama
Boaventura

Avaliado pelo sistema:

Double Blind Review

Resumo

Objetivo – O objetivo principal deste estudo é propor a inserção de atores como fonte de governança e melhoria na estrutura da cadeia global de valor (CGV).

Metodologia – Este estudo utiliza análise de coocorrência de palavras para estudar a produção científica referente à CGV. A análise é realizada utilizando o mapeamento de controvérsias da Teoria da Mudança Científica e Tecnológica (TSTC, na sigla em inglês).

Resultados – Duas lacunas teóricas foram apontadas devido à evolução na teoria da CGV. A primeira é a de que a governança e a melhoria têm mais de uma definição e a segunda, de que valor e rede são estratégias de melhoria. Este artigo propõe o uso da estrutura de Montenegro e Bulgacov (2014) para transladar a governança e a melhoria, respectivamente, como governança em rede e resultados estratégicos. A inserção é importante porque é um conceito teórico estável (Granovetter, 1985) que pode ser um elo entre a governança em rede e os resultados estratégicos.

Contribuições – A principal contribuição deste estudo é a proposta de uma inserção relativista como fonte de governança e melhoria. A segunda contribuição é apresentar uma estrutura baseada na Teoria Ator-Rede (TAR), modelada para estudar a governança e seus resultados estratégicos.

Palavras-chave – CGV. Governança. Normas. Melhoria e inserção.



**Revista Brasileira de Gestão
e Negócios**

DOI:10.7819/rbgn.v21i4.4015

I Introdução

Inserção (*embeddeness*, termo em inglês) refere-se ao processo pelo qual as relações sociais influenciam a atividade econômica; é um efeito de rede (Granovetter, 1992; Uzzi, 1996). Os atores sociais da inserção interferem como fonte de governança (Jones et al., 1997) e moldam os resultados positivos e negativos da rede (Uzzi, 1997).

O conceito de inserção, como efeito de rede, está presente em dois pilares da Estrutura da Cadeia Global de Valor: Economia dos Custos de Transação (ECT) e teoria da Rede de Governança (Humphrey & Schmitz, 2002a).

A estrutura da CGV usa o trabalho de Powell (1990) com uma forma de rede de governanças como relações em bases comutativas ou hierárquicas, por exemplo (Humphrey & Schmitz, 2002a). A estrutura também usa o trabalho de Jones, Hersterly e Borgatti (1997) para fornecer os parâmetros da governança em rede.

Para Jones et al. (1997) a inserção estrutural fornece as bases para os mecanismos sociais coordenarem e salvaguardarem as trocas na governança em rede. A estrutura da ECT não integrava o conceito de inserção (Jones et al., 1997). Os autores descrevem o contexto social como uma inserção estrutural (Jones et al., 1997). A ação econômica e seus resultados são afetados pelas relações entre os atores e pelas estruturas das relações em rede como um todo (Granovetter, 1992).

A inserção em rede é uma fonte de governança e resultados, mas não é uma unidade de análise da estrutura da CGV. O motivo é que a CGV vista como uma cadeia não é tratada como uma rede, mas como uma cadeia que possui locais e atividades de produção sequenciais.

A governança é essencial na estrutura da CGV, porque o controle da produção em diferentes geografias exige parâmetros definidos em cada atividade de cada local. O foco da CGV é gerir as etapas, atividades, inovações, tecnologias e principalmente as mudanças positivas nas produções. A governança é um efeito da cadeia de valor e não da rede.

O conceito de valor agregado vem da proposição da cadeia de valor. Nesta proposição, uma cadeia de valor é um conjunto de atividades que uma empresa realiza para oferecer produtos de valor. A cadeia global de valor é o resultado da divisão das atividades de produção em diferentes geografias (Porter, 1985).

A mudança para atividades mais qualificadas significa um processo que combina trabalho e tecnologia para produzir e comercializar mercadorias (Gereffi, Humphrey, & Sturgeon, 2005). A palavra valor indica o valor adicionado. O termo cadeia denota materiais de diferentes locais; a tecnologia e as pessoas interagem antes que o produto final esteja pronto para venda. As matérias-primas e a tecnologia são movidas ao longo dessa cadeia, agregando valor em cada atividade, até o produto final ser vendido ao cliente.

A lacuna teórica referente ao valor como valor agregado não precisa ser corrigida. A empresa vende mercadorias de acordo com seu valor, e o preço e a qualidade são tratados ao negociar mudanças na produção.

A estrutura da CGV utiliza a abordagem de cadeia de valor para determinar e definir a melhoria, passando para atividades mais qualificadas (Kaplinsky, 2000; Porter, 1985, 1990); e usa a teoria de rede para determinar a governança (Jones et al., 1997; Powell, 1990). A estrutura da CGV define valor como valor agregado e a estrutura de rede como uma cadeia. A menor presença das palavras “valor” e “rede” na estrutura da CGV é o resultado da combinação das teorias.

Os autores da CGV usaram a inserção como um impulsionador da melhoria (Pietrobelli & Staritz, 2013; Staritz & Morris, 2013). Para os autores, a inserção introduzida na perspectiva da CGV refere-se à extensão em que empresas e proprietários de empresas estão enredados nas redes sociais locais e como as relações sociais moldaram a ação econômica (Granovetter, 1985).

Houve tentativa de inserção, como um efeito em rede, para melhoria da CGV e como um impulsionador da melhoria, mas não como um mecanismo de governança. A estrutura da Rede Global de Produção (RGP) incorporou a inserção como uma de suas unidades de análise, trazendo

o conceito de inserção estrutural à sua estrutura (Coe, Dicken & Hess, 2008; Henderson, Dicken, Hess, Coe & Yeung, 2002; Yeung & Coe, 2015). A estrutura da RGP importou alguns dos métodos da RGP a partir de uma versão da Teoria Ator-Rede (TAR) (Law, 1999).

A versão da TAR de John Law usa o materialismo semiótico como sua ontologia. Esta versão da TAR visa definir os atores (Law, 1999). O autor utiliza a unidade plasma de análise em vez da rede. A combinação do ator é uma unidade fluida. Esta versão também remove os movimentos de translação de Callon (1986).

A versão denominada Pós-TAR (Law, 1999) não vê movimentos de translação, pois seu objetivo é definir as coisas. A inserção desta versão e também da estrutura da RGP é mais bem aplicada para descrever a participação humana em localizações geográficas. O humano se tornando parte do processo de produção.

Nem a versão TAR de Law (1990) usa a rede como uma unidade de análise, nem a estrutura da RGP utiliza as premissas da TAR em relação à causalidade e às relações de poder. A TAR é mais bem usada para transladar outras teorias na sociologia das translações (Latour, 2012).

A estrutura da RGP falhou ao importar as controvérsias como sua ontologia e manteve a estrutura como a sociologia do social (Latour, 2012). O resultado é que a estrutura da RGP transladou a TAR para seu paradigma, um contramovimento de acordo com Callon (1986), Law (1990) e Latour (2012).

A inserção é uma lacuna teórica na teoria da CGV, porque sua estrutura é representada pela cadeia e não pela rede. A inserção da RGP não é uma ajuda à estrutura da CGV porque não traz controvérsias como ontologias; não visa descobrir ou desvendar novas representações.

A estrutura da CGV possui pontos explicativos referentes aos 20 anos de pesquisa e já possui um paradigma e uma escola de escolha. A inserção como efeito de rede pode ser trazida para ajudar os teóricos da CGV a contabilizar os vários atores mediadores durante a formação da governança e da melhoria.

A TAR pode oferecer versões criadas para descrever uma ação (Callon, 1986; Latour,

2012). A estrutura de estratégia é uma versão da TAR que transladou a teoria de governança em rede e a estratégia na sociologia das translações (Montenegro e Bulgacov, 2014).

A estrutura de estratégia já foi testada para descrever governança e resultados estratégicos (Montenegro & Bulgacov, 2014). Essa estrutura abrange a inserção, pois seu objetivo é desvendar a mediação de atores da governança em ações estratégicas planejadas.

A inserção ajudará os teóricos da CGV a desvendar outros atores que possam afetar a governança e a melhoria, como o clima ou a política local. A estrutura de estratégia permite descrever governanças e melhorias em cada caso específico.

A estrutura de estratégia permitirá descrever a estrutura como uma rede. Os pesquisadores podem se referir a uma CGV como “estruturas” de negócio que “definem parâmetros” para as empresas. O cumprimento dos parâmetros levará a atividades de “mudança” para melhorar produtos e processos.

CGV são estruturas usadas para produzir e vender mercadorias em todo o mundo (Gereffi et al., 2005). Governança significa definir parâmetros (Humphrey & Schmitz, 2001) e melhoria significa mudanças na atividade de produção (Humphrey & Schmitz, 2002a).

As CGV ou essas estruturas são a agregação de vários atores humanos e não humanos, como empresas, funcionários, matérias-primas, tecnologias, códigos, transportes, governos e clima, entre outros.

Pesquisas usam a estrutura da CGV para descrever melhor como as empresas líderes organizam seus recursos, produção e vendas em todo o mundo. Na CGV, a estrutura depende principalmente de três variáveis: a complexidade das transações, a capacidade de codificar transações e os recursos na base de suprimentos (Gereffi et al., 2005).

Essas estruturas têm governanças, termo usado para expressar que algumas empresas estabelecem e aplicam os parâmetros conforme os quais as empresas operam (Humphrey & Schmitz, 2001). O ponto de conexão entre as empresas líderes e os produtores locais são as melhorias.

Enquanto as empresas líderes buscam uma produção com custos mais baixos, os produtores com menor porte de países menos desenvolvidos buscam inserção em uma cadeia global.

Um acordo comercial entre compradores e produtores exige, por um lado, que alguns acordos e parâmetros sejam cumpridos e, por outro, mudanças na produção. A melhoria é uma mudança estrutural dentro da CGV para melhorar produtos, processos, mudar para outras atividades ou para outras cadeias. Melhorar significa produzir produtos melhores, com mais eficiência, e passar para atividades mais qualificadas (Humphrey & Schmitz, 2002a).

A melhoria é um dos resultados das relações comerciais para produzir, processar, projetar e exportar esses produtos globalmente (Humphrey & Schmitz, 2002a). As empresas procuram manter ou aumentar os lucros, cessar a pressão e a concorrência do mercado. A mudança para atividades mais especializadas ou para mercados de nicho são movimentos de melhoria.

A governança não é apenas uma regra rígida que estabelece parâmetros a serem cumpridos, mas também uma forma de coordenação das atividades econômicas. Essa coordenação é essencial para proporcionar transferência de conhecimento e tecnologia, favorecendo inovações (Humphrey & Schmitz, 2002a). A governança é uma ferramenta usada pelas empresas líderes na determinação de oportunidades de melhoria dos produtores locais (Humphrey & Schmitz, 2002a).

A melhoria exige um acordo entre várias partes, especialmente entre compradores e fornecedores. A governança está presente no nível social, também conhecido como “contexto social”. Normas sociais, tecnologias, cultura e geografia são exemplos de atores inseridos no contexto social (Gereffi et al., 2005).

A inserção é importante porque afeta as estruturas (CGV), a coordenação dos parâmetros (governança) e as mudanças na produção (melhoria). O contexto social (normas, geografias, tecnologias, culturas, governos, leis, impostos, clima) também afeta as mudanças nas atividades (melhoria).

A estrutura de estratégia já está definida para investigar a governança e seus resultados. A

governança é o foco central da CGV, e a estrutura de Estratégia (Montenegro & Bulgacov, 2014) pode ajudar a CGV, com o exame dos parâmetros estabelecidos e das mudanças de melhoria.

Propomos aproximar a CGV e a teoria de rede. A aproximação é possível usando uma versão da TAR que já foi trasladada em rede estrutural de teoria da governança (Montenegro & Bulgacov, 2014). A estrutura de estratégia usa Latour (2012) como base e adota as controvérsias como ontologia.

A TAR permitirá que os pesquisadores avaliem como o social (humano e não humano) é inserido durante a definição de parâmetros de governança (Montenegro e Bulgacov, 2014). Esta versão também permitirá investigar quais atores do contexto social mediam as mudanças de melhoria.

A estrutura de estratégia não altera a estrutura da CGV, mas fornece um ponto de vista diferente em relação à formação de uma rede de governança e melhoria.

Os artigos propõem aproximar a teoria de rede da teoria da CGV usando uma definição de governança em rede (Montenegro, 2013). A governança em rede não seria uma forma predeterminada de governança definida e estática, mas uma que evoluiria dentro da CGV. Quando o valor e a rede são removidos como bases conceituais da CGV, o conceito de inserção serve melhor à CGV para descrever a formação da governança.

A segunda proposição é tratar a melhoria como resultado estratégico da governança (Montenegro & Bulgacov, 2014). Essa mudança permitiria que a estrutura da CGV levasse em consideração várias definições de melhoria e incluísse os aspectos ambientais. Para os autores, a imbricação humana e não humana é o elo entre a governança em rede e os resultados estratégicos (Montenegro & Bulgacov, 2014).

A proposição final é explorar controvérsias de imbricação humana e não humana para descrever uma rede de propriedades de governança (atores, mediadores, regras, identidades) e transformações de resultados estratégicos. As controvérsias da inserção de atores são a fonte de uma rede de formação de governança e seus

resultados estratégicos (Montenegro & Bulgacov, 2014).

2 Teoria da Mudança Científica e Tecnológica (TSTC) e 15+CGV-estrutura

A TAR possui diferentes versões. Callon (1986) criou a sociologia das translações, versão da TAR que utiliza os movimentos de translação para descrever ações. Algumas versões são mais bem utilizadas para transladar realidades, teorias (Latour, 2012; Law, 1999).

Law (1999) criou a TAR e uma versão posterior que utiliza o materialismo semiótico como sua ontologia. Latour (2012) criou a versão da TAR denominada “Associologia”, que utiliza controvérsias como sua ontologia.

A estrutura de Montenegro e Bulgacov (2014) é uma versão da TAR que se translada em sua unidade de análise de governança e resultados estratégicos. A TSCT é uma versão da TAR que transladou o método de análise de coocorrência de palavras em seu paradigma para descrever o processo da produção científica (Callon, Law & Rip, 1986).

Neste capítulo, é apresentada a rota de coleta de dados da CGV para compor uma teoria ator-rede de uma publicação científica. Os artigos foram selecionados com base na contagem de palavras de conceitos centrais como global, governança, valor, cadeia, melhoria, CGV, produtores, compradores, fornecedores e países. Primeiramente, apresentamos a teoria do TSTC e, posteriormente, a construção do 15+CGV-estrutura.

A TSTC foi escolhida como a abordagem teórico-metodológica devido ao seu objetivo de descrever como as forças da ciência são reunidas utilizando o método de análise de coocorrência de palavras (Callon et al., 1986). O argumento central da TSTC é que entender a mudança social e científica exige o abandono da dicotomia entre ciência (verdade) e política (poder). A produção e reprodução da ciência utilizam interações sociais. Os pesquisadores também precisam articular ou definir vários atores como dispositivos ao publicarem. Artigos são relatórios; eles são

agentes não humanos que atuam em nome dos pesquisadores.

Este Capítulo apresenta as seguintes unidades de análise da TSTC: ator-rede, ator-mundo, translação, ponto de passagem obrigatório (PPO), centros de translação, caixa-preta, envolvimento, funil de interesses, persuasão (*interessement*) e problematização.

Este artigo abordará o ponto de passagem obrigatório (PPO), conceitos de caixa-preta e translações. A estratégia permite identificar quais dos seguintes atores principais da CGV estão sendo forçados ou colocados entre um problema científico e sua solução. O mapeamento das translações foi usado para reconhecer qual conceito ou teoria é simplificado para explicar os fenômenos cientificamente.

Um ator-rede (AR) é a estrutura de operação de um ator-mundo; um conjunto inter-relacionado de entidades que foram transladas ou envolvidas com sucesso por um ator que assim empresta sua força e fala ou atua em seu nome ou para apoiá-las (Callon et al., 1986).

O ator-mundo da CGV possui vários agentes que atuam em nome da ciência, teorias, paradigmas e/ou centros de recursos. A publicação científica e técnica não tem poder. Em vez disso, o poder é resultado da articulação feita por outro ator. O ator-mundo do 15+CGV-Estrutura não tem poder. O poder de um ator-rede é o resultado da articulação de vários atores.

As translações são os métodos pelos quais um ator envolve outros, definindo regras ou estratégias para se tornarem essenciais, criando um ponto de passagem obrigatório (PPO) e forçando outros atores a seguir o que foi imposto (Callon, 1986; Latour & Bastide, 1986).

Um dos muitos PPO da produção científica é o processo de revisão cega que avalia com base em questões científicas. O local dos centros de translação da CGV é onde ocorrem os processos de revisão e edição da ciência.

Os centros de translação da ciência da CGV são as editoras, porque são os locais onde a translação da produção científica evolui. Nestes centros, são feitas tentativas por diversos elementos da rede e são feitos cálculos sobre o retorno de diferentes estratégias (Callon et al.,

1986). Esses locais podem se tornar porta-vozes de outras entidades e, em certo sentido, lucrar com essa assimetria. Os atores principais dos centros de translação do 15+CGV-estrutura são Routledge, Springer, Organização das Nações Unidas, Taylor e Francis, Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS, na sigla em inglês) da Universidade de Sussex, Oxford Academics, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto de Desenvolvimento e Paz, Elsevier.

Os porta-vozes dos centros de translação são: Boletim do IDS, Relatório INF, World Development, Economy and Society, Review of International Political Economy, ONUDI, Oxford Development Studies, Journal of Economic Geography, Papel de Trabalho do BID, Anais da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América (PNAS, na sigla em inglês) e Journal of Business Ethics. Segundo a TSTC, uma teoria ou uma estrutura não tem poder; no entanto, articula seus pontos fortes emprestando a credibilidade de porta-vozes e centros de translação (Callon, et al., 1986).

Propomos que as descrições do 15+CGV-estrutura tentem envolver seu ator-mundo em um periódico específico, fornecendo um argumento convincente. O argumento central deste artigo é que a inserção é uma possível PPO entre a teoria de rede e a estrutura da CGV. O PPO da inserção pode dar à estrutura da CGV um quadro teórico para o processo de formação de governança e seus atores mediadores.

O conceito de inserção é apresentado aqui como um PPO que pode definir melhor a governança da CGV e seus resultados. Apresentar a inserção como um possível herói da estrutura da CGV é uma forma de envolver os leitores deste artigo. Envolver é estabelecer e distribuir papéis em um ator-mundo.

O envolvimento de um leitor permitirá afunilar seus interesses, apresentando os mediadores centrais das CGVs. Essa translação é uma série de problematizações que termina com uma solução do problema. Este artigo propõe a detecção de lacunas na CGV e a simplificação ou a colocação em caixas-pretas, resultando em conceitos similares da teoria de rede. Essa

proposta é chamada de persuasão (*interressement*), que é o movimento de atrair um segundo ator, interpondo-se entre essa entidade e um terceiro.

A problematização do presente artigo proporá a inserção como o ator que conecta a teoria de CGV e a teoria de rede. A problematização é uma translação que apresenta equivalência entre dois problemas; definindo um PPO.

Este capítulo apresenta os principais argumentos e o vocabulário da TSTC. O outro detalhe a ser abordado é a forma com que o 15+CGV-estrutura foi produzido. O primeiro critério usado para selecionar artigos foi a disponibilidade pública. O 15+CGV-estrutura foi criado com base no que está disponível no Google Scholar no primeiro clique. Foram excluídos desta pesquisa os artigos para os quais não há livre acesso. Os critérios visaram construir uma rede que seja replicável e acessível.

O critério de seleção permite a inclusão do que é comumente conhecido; no entanto, silencia artigos que só podem ser alcançados por meio de bancos de dados avançados ou de trocas financeiras. O sinal de adição significa mais disponível.

O sinal de adição também significa a produção científica articulada mais encontrada. A articulação da teoria foi o segundo critério de seleção de artigos. Articulado quer dizer conter as palavras que são essenciais à estrutura da CGV. Essa estratégia de pesquisa teve como objetivo encontrar textos que enfoquem a construção teórica da CGV. Os limites estabelecidos foram as palavras que se repetiam em, no mínimo, 0,6% do texto: governança, melhoria, normas, redes, produção, internacional, cadeias, valor, global e globalização.

O sinal + traduz a produção científica articulada “mais” disponível. Essa estratégia foi usada para definir a CGV ontológica e epistemologicamente pelo que está mais acessível. Os limites permitiram selecionar os 15 artigos com maior repetição das palavras que são consideradas essenciais à estrutura da CGV. No entanto, eles limitaram artigos mais recentes, cujo foco principal era a CGV.

O 15+CGV-estrutura excluiu vários artigos. A análise do artigo permitiu descrever que

as lacunas conceituais da CGV foram construídas ontologicamente. A CGV utiliza a abordagem da cadeia de valor agregado e a teoria de governança para explicar governanças e melhorias na cadeia de valor.

A cadeia de valor agregado fornece uma estrutura de produção sequencial, em vez de uma estrutura de rede. A pesquisa realizada antes de 2001 e após 2014 mostrou que não houve nenhuma tentativa de descrever a governança e os resultados estratégicos obtidos pela inserção. Não houve tentativas de usar a versão da TAR de Latour (2012) para orientar uma pesquisa sobre CGV. A ideia da inserção como fonte da governança ou melhoria não é nova; no entanto, a inserção não é usada como um link entre governança e melhoria.

Depois de 2014, houve algumas tentativas de Barrientos, Knorringa, Evers e Visser (2015) de se basear na CGV e da RGP para entender várias governanças. Barrientos, Gereffi e Picles (2016) propuseram considerar a inserção estrutural da RGP como fonte de melhoria.

Para Hernandez e Pedersen (2017), a melhoria é resultado do mercado global. Para os autores, o idioma, a cultura e os regulamentos podem contribuir para o efeito da inserção (Hernandez & Pedersen, 2017). A inserção é uma possível fonte de melhoria (Kaplisnky & Moris, 2016) quando os donos estrangeiros podem interferir na produção local.

Há uma inserção descrita pela literatura como um efeito de rede que pode ajudar a estrutura da CGV a incluir a governança e a melhoria sem alterações na estrutura. No entanto, os artigos encontrados não usaram uma estrutura baseada em Latour (2012), como Montenegro e Bulgacov (2014), para vincular esse efeito de rede à governança e melhoria.

3 Métodos de produção de dados

O capítulo 3 apresentará os dados produzidos pelos métodos de análise da TSTC em 3 tabelas. A Tabela 1 mostra as palavras mediadoras da CGV; a Tabela 2 é uma matriz de relacionamento entre a unidade de análise da TSCT (Ponto de Passagem Obrigatório - PPO e

caixa-preta); e a Tabela 3 simplifica cada produção científica por meio de translações da TSCT.

Law (1986) afirma que a atividade laboratorial precisa justapor, simplificar e tornar rotineiro. Tabelas e gráficos são as simplificações significativas vistas na produção científica. Tabelas com dados permitem que os pesquisadores simplifiquem fatos e que os leitores verifiquem a produção consistente de argumentos baseados em dados. Este capítulo apresenta três tabelas com os dados produzidos. A Tabela 1 abaixo representa os mediadores iniciais da CGV.

Utilizou-se um software de contagem de palavras (MAXQDA, 2017) para contar palavras repetidas em cada artigo. Foi criada uma matriz de relacionamento correspondente ao artigo ator-mundo. Os atores-mundo foram combinados em uma matriz de coocorrência de palavras para produzir as 15 palavras mais articuladas no banco de dados, originando a Tabela 1.

O segundo banco de dados produzido foi a identificação de PPOs e caixas-pretas. Segundo a TSCT (Callon et al., 1986), na translação da problematização, geralmente existem traços do PPO e da caixa-preta (Tabela 2). A análise dos artigos permitiu identificar as principais translações (Tabela 3) e apontar o que cada artigo propõe.

Os resultados da Tabela 2, da combinação de PPOs e caixas-pretas, permitiram que os pesquisadores produzissem descrições dos deslocamentos do 15+CGV-estrutura. Nos capítulos seguintes, as triangulações da Tabela de dados permitirão mapear a dinâmica da construção da teoria de CGV, dentro do 15+CGV-estrutura, de 2001 a 2014.

De acordo com a TSTC (Callon et al., 1986), as palavras mais repetidas de um artigo descrevem o que cada ator-mundo articula; eles são os mediadores do artigo (Tabela 1). No entanto, uma contagem maior de palavras nem sempre significa mediação. A Tabela 3 apresenta a unidade de análise ator-mundo de 15 artigos (centro de translação, envolvimento, funil de interesses, persuasão e problematização).

Tabela 1

Banco de dados de coocorrência de palavras do 15+CGV-estrutura

Coocorrência de palavras	Ano								
	2001	2002	2005	2006	2008	2010	2012	2014	Total
Cadeias	155	240	402	192	286	31	48	104	1458
Global	74	194	270	96	261	43	28	282	1248
Valor	50	124	321	171	155	62	27	132	1042
Governança	54	150	131	54	254	46	18	135	842
Empresas	78	193	190	33	131	46	26	113	810
Normas	51	67	46	160	248	26	97	29	724
Melhoria		183	193	17	100	32	18	154	697
Mercados	75	128	136	106	10		42	52	549
CGV			34	16	205	69	10	210	544
Produtos	49	162	149	102	24	10	24		520
Desenvolvimento	25	76	76	58	92	40		120	487
Setor	15	79	104	36	109	31		95	469
Fornecedores		80	138	69	92	39		44	462
Produção	35	69	97	82	75	26	14	60	458

Tabela 2

Matriz de PPO e caixa-preta do 15+CGV-estrutura de 2001 a 2014

Caixa-preta	Ponto de Passagem Obrigatório PPO				
	Governança	Teoria da Convenção	ECT	Tendências	Estrutura da CGV
Estrutura da RGP	Gereffi (2001)				
Padrões	Humphrey and Schmitz (2001)				
Melhoria	Humphrey e Schmitz (2002a), Giuliani, Pietrobelli, Rabellotti (2005), Gereffi e Lee (2014)				
Governança	Humphrey e Schmitz (2002b), Gibbon, Bair e Ponte (2008)		Gereffi et al. (2005)		
Qualidade	Ponte e Gibbon (2005)				
Normas	Nadvi (2008)			Humphrey e Memedovic (2006)	Lee, Gereffi e Beauvais (2012)
Capacidades Tecnológicas					Morrison, Pietrobelli e Rabellotti (2008)
Inovações					Pietrobelli e Rabellotti (2010)
Desenvolvimento Internacional					Gereffi (2014)

Após o refinamento dos dados, é possível implantar translações de ator-mundo. Segundo a TSTC, um artigo publicado é o resultado bem-sucedido de várias translações. Ao usar conjuntamente translações de um ator-mundo diferente, algumas translações podem ser bem-sucedidas e outras não. Esse método de análise

da implantação de translações permitirá o mapeamento das contradições no capítulo 4.

O banco de dados, na Tabela 3, contém uma descrição do que cada ator-mundo articula e foi usado para identificar os PPOs e caixas-pretas do 15+CGV-estrutura apresentados na Tabela 2. A matriz será usada para combinar a articulação dos artigos.

Tabela 3
Unidade de análise de ator-mundo do 15+CGV-estrutura

Ator-Mundo	Envolvimento	Persuasão	Funil de Interesses	Problematização	Centro de translação
Gereffi (2001)	Apresentação de cenários futuros	Descrição de como a Internet proporcionará várias mudanças organizacionais na governança das redes de produção	Explicação de como o poder muda com as inovações nas redes com menos fronteiras entre distâncias geográficas	A melhoria pode ser mais bem definida e implementada através do estudo de seu ator central: a governança	Porta-voz: Boletim do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS, na sigla em inglês) da Universidade de Sussex
Humphrey e Schmitz (2001)	Descrição do controle da governança como sendo essencial para obter resultados positivos	Proposta de uma definição de governança e expressão da importância da estrutura da CGV	As empresas líderes lucram estrategicamente com o controle da definição de parâmetros e com a aplicação das normas da CGV	A melhoria da problematização é resolvida com a definição e aplicação de parâmetros	Porta-voz: Boletim do IDS da Universidade de Sussex
Humphrey e Schmitz (2002a)	A melhoria é realizada por meio da adição de valor a um produto.	Fornecimento de uma estrutura científica para ajudar na melhoria de regiões e nações.	Fornecimento de uma estrutura com x (governança), z (parâmetros) e y (melhoria).	Melhoria da definição de acordo com a abordagem de valor agregado.	Porta-voz: Boletim do IDS da Universidade de Sussex
Humphrey e Schmitz (2002b)	Definição de uma agenda para pesquisa e melhoria de políticas	Apresentação de uma estrutura	O comércio internacional pode estimular a melhoria econômica, as condições de trabalho e a proteção ambiental	Normas econômicas, sociais e ambientais aprimoradas por políticas e pesquisas, governo e agências externas.	Porta-voz: Relatório INEF no Instituto de Desenvolvimento e Paz
Giulliani et al. (2005)	Apresentação de constatações empíricas utilizando a estrutura de CGV	Agrupamentos e ações conjuntas são essenciais para a melhoria; no entanto, o conhecimento pode ser uma barreira à melhoria.	Apresentação da possibilidade de crescimento sustentável na CGV	A disseminação do conhecimento e a ajuda de agências externas são uma das soluções para uma melhoria sustentável	Porta-voz: Desenvolvimento Mundial em Elsevier.
Ponte e Gibbon (2005)	Articulação da teoria de convenção e da CGV	Estrutura da teoria da convenção para explicar que a governança não pode ser definida com antecedência	Teoria da Convenção e Teoria da Economia das Qualidades traz o consumidor para a estrutura da CGV	Apresenta uma solução para modelagem da CGV não através das empresas líderes, mas pelos padrões de qualidade estabelecidos pelos consumidores	Porta-voz: <i>Economy and Society Journal</i> em Taylor e Francis online
Gereffi et al. (2005)	Uma estrutura que explica os padrões de governança	Governança definida por informações. Complexidade, codificação e capacidade dos fornecedores para lidar com transações.	Sugere uma governança dinâmica e sobreposta	Definição de governança com uma solução quantitativa que simplifica o "grau de coordenação explícita e a assimetria de poder".	Porta-voz: <i>Review of International Political Economy</i> em Routledge
Humphrey & Memedovic (2006)	A agricultura pode ajudar a reduzir a pobreza	A inserção em CGVs pode ajudar pequenos agricultores a obter lucros	Sugere que a promoção comercial dos pequenos agricultores seja obtida pela inserção na CGV e pelo enfrentamento das concentrações e normas da CGV	Fluxo de conhecimento dentro da cadeia como uma das formas de promover a melhoria para pequenos agricultores	Porta-voz: ONUDI no centro de translações Organização das Nações Unidas.



Ator-Mundo	Envolvimento	Persuasão	Funil de Interesses	Problematização	Centro de tradução
Nadvi (2008)	Fornece uma maneira de conciliar CGV e RGP, descrevendo normas e padrões	Descrição das normas como um ator que afeta e é afetado pela governança	A conformidade com as normas é a forma com que as empresas e propriedades agrícolas dos países em desenvolvimento se conectam a uma CGV.	As normas e a governança das empresas líderes estão inseridas e também sugerem o estudo da governança na empresa.	Porta-voz: <i>Journal of Economic Geography</i> em Oxford Academic
Gibbon, Bair e Ponte, S. (2008)	Discussão crítica para desenvolver o conceito de governança	Apresentação de controvérsias: falta definição de valor na CGV e a CGV interpreta mal a rede.	A abordagem da CGV usa a ECT enquanto a RGV utiliza redes relacionais.	A CGV como um método confiável que se encaixa em várias teorias e apresentação da governança de normalização como uma solução para a divisão entre CGV/RGV	Porta-voz: <i>Economy and Society Journal</i> em Taylor e Francis
Morrison et al. (2008)	Recursos tecnológicos afetam a melhoria da CGV	Apresentação de uma visão de que o conceito de melhoria é ambíguo na literatura da CGV	Vinculação da literatura de capacidades técnicas a explicações sobre o desempenho dos países menos desenvolvidos.	A melhoria dentro da governança da CGV é resolvida pelas capacidades tecnológicas construídas em localizações geográficas	Porta-voz: <i>Oxford Development Studies</i> em Taylor e Francis
Pietrobelli, e Rabellotti (2010)	Defesa da CGV dos críticos da RGV	Descrição da inserção do contexto institucional de empresas locais, interagindo com as CGV	Apresentação da SI como compatível com a estrutura da CGV	Utiliza o conceito de rede relacional da geografia para descrever que a proximidade é importante do ponto de vista geográfico e relacional	Porta-voz: Papel de Trabalho do BID localizado no Banco Interamericano de Desenvolvimento
Lee et al. (2012)	Apresentação da estrutura de governança agroalimentar da CGV	Descrição dos desafios e oportunidades para a melhoria da CGV agroalimentar.	Questionamento sobre se uma norma impede a pobreza, por ser definida como uma barreira para pequenos produtores.	Descrição de que o contexto estrutural local deve ser considerado nas políticas e pesquisas	Porta-voz: PNAS para o desenvolvimento agrícola e segurança nutricional
Gereffi (2014)	A governança das indústrias globais muda com os avanços da globalização.	Descrição da globalização econômica como subproduto das redes internacionais de produção e comércio	Descrição de que em breve haverá uma nova forma de globalização	Governança de empresas líderes auxiliadas pela mudança no desenvolvimento político da IOE, conforme evidenciado no BRICS, entre outros países.	Porta-voz: <i>International Political Economy</i> em Routledge
Gereffi e Lee (2014)	Apresentação de uma estrutura	Descrição sobre os aglomerados industriais moldados por sua relação com a economia internacional	“Governança sinérgica” dentro da estrutura da CGV que pressionam as empresas líderes a melhorarem em termos de RSC	Governança vertical e horizontal, ou governança dentro da CGV ou aglomerado, para resolver o enfoque pretendido em um problema de uma empresa líder	Porta-voz: <i>Journal of Business Ethics</i> em Springer

4 Análise de dados e resultados

Os dados produzidos serão analisados triangulando as constatações da Tabela. O banco de dados, Tabela 1, contém as palavras mediadoras da CGV organizadas de 2001 a 2014. As palavras global, valor e cadeia são os principais mediadores utilizados para encontrar os artigos. Governança, normas, melhoria, empresas e mercados são as palavras mediadoras usadas para definir a CGV (Cadeia Global de Valor).

Produtos, desenvolvimento, setor, fornecedores, produção, aglomeração, países, compradores e local são palavras usadas para definir o contexto 15+CGV-estrutura e seus participantes. A palavra governança foi repetida 842 vezes (Tabela 1). É o mediador ator-rede oferecido como PPO para oito artigos de 2001 a 2014. É a caixa-preta de três artigos de 2002 a 2006 (Tabela 2).

A palavra norma é repetida 724 vezes (Tabela 1) e é a caixa-preta ator-rede para três artigos de 2006 a 2012 (Tabela 2). Melhoria foi repetida 697 vezes (Tabela 1) e é oferecida pelo ator-rede como a caixa-preta de 3 artigos de 2002 a 2014 (Tabela 2). CGV foi repetida 544 vezes (Tabela 1) e é oferecida pelo ator-rede como o PPO de 4 artigos entre 2008 e 2014 (Tabela 2). Empresas têm uma contagem alta, de 810; no entanto, não são consideradas um mediador nesta análise. Não é nem um PPO nem uma caixa-preta na Tabela 2.

O 15+CGV-estrutura utilizou a governança como seu principal PPO entre 2001 e 2008 e a CGV como seu principal PPO entre 2008 e 2014. Normas (em 2006 e 2012) e melhoria (entre 2002 e 2005) são caixas-pretas. O 15+CGV-estrutura descreve o caminho da construção da teoria de CGV usando primeiro a governança para explicar a melhoria de 2002 a 2008; no ano de 2005, outros conceitos ou teorias foram trazidos para a estrutura da CGV como qualidade, normas, ECT e teoria da convenção.

De 2005 a 2010, foram feitas tentativas para ampliar a visão das empresas líderes com a abordagem da CGV e para criticar (Gibbon et al., 2008) e defender (Giuliani et al., 2010) o construto da CGV (vide envolvimento na

Tabela 3). A CGV tornou-se um PPO em 2008 como uma teoria que contém dados históricos suficientes para responder a perguntas sobre a globalização da produção industrial e tem como argumento principal o de que a melhoria na CGV é explicada por meio da governança das empresas líderes.

Para esta pesquisa, o 15+CGV-estrutura é um ator-rede composto por autores, teorias, periódicos, palavras, sites de armazenamento, mecanismos de busca, universidades, organizações internacionais, empresas, aglomerações, tecnologias, conhecimento, entre outros atores. Viaja no tempo e no espaço, transladando novos atores em sua rede para explicar, através das lentes da governança das empresas líderes, qual é a melhor maneira para os produtores dos países em desenvolvimento ingressarem no mercado internacional de maneira sustentável. Esta definição descreve o que é o 15+CGV-estrutura e o que ele articula; mas que controvérsias esse ator-rede possui?

Segundo Callon (1986), a controvérsia é uma excelente maneira de descrever um campo. Para o autor, os cientistas devem usar o mapeamento de controvérsias para especificar um domínio, teoria ou argumento adequadamente. Este capítulo utilizará os dados produzidos para mapear controvérsias usando a implementação de translações.

Há descrições sobre o avanço da teoria de CGV observadas ao comparar o ator-mundo de Gereffi (2001) com o de Gereffi (2014), na Tabela 2. Gereffi (2001) usou a governança como o PPO, e as estruturas das redes de produção como uma caixa-preta, para explicar como o poder muda ao longo da cadeia. Gereffi (2014) simplifica os resultados do desenvolvimento internacional usando a estrutura de CGV. A governança explica as estruturas em 2001, enquanto a CGV explica os resultados internacionais em 2014.

Os avanços da teoria e os resultados de 2014 são comparáveis aos de 2001. Em 2004, Gereffi (2014) supera problemas de falta de controle de governança enfrentados por pequenos produtores em 2001 com o modelo de industrialização orientada para a exportação (IOE). O modelo de industrialização proposto

também se concentra nos mercados locais e regionais (Gereffi, 2014) (vide problematização na Tabela 3).

Outra descrição deste ator-rede é a disputa entre 2005 e 2010, que apresenta críticas, defesas e soluções (vide envolvimento na Tabela 3). Gereffi et al. (2005) apresentam a estrutura da CGV como uma teoria (vide problematização na Tabela 3) usando a disciplina de Economia dos Custos de Transação (ECT) como PPO e colocando na caixa-preta os determinantes críticos da governança.

Naquele mesmo ano, Ponte e Gibbon (2005) obtiveram uma definição diferente de Gereffi et al. (2005) (vide problematização na Tabela 3). Humphrey e Memedovic (2006) continuam a construção da teoria usando a CGV, sugerindo estudos de tendências como PPOs. As duas principais tendências são normas e concentração. A definição de direção para a redução da pobreza é uma ajuda governamental para que pequenos produtores entrem em uma cadeia internacional e promovam o fluxo de conhecimento dentro da CGV (vide envolvimento na Tabela 3).

Gibbon et al. (2008) apresentam outra crítica, usando a governança como PPO e simplificando as formas de governança. Tudo em nome de estruturas unificadoras. Gibbon et al. (2008) concluem que a CGV se encaixa em diferentes paradigmas como métodos (vide problematização na Tabela 3). No entanto, Nadvi (2008) resolve discretamente a divisão entre economia política internacional e geografia econômica, usando a governança como PPO e normas como caixa-preta (vide envolvimento na Tabela 3). Nadvi (2008) conseguiu tirar conclusões com base nos trabalhos de Gereffi et al. (2005) e Ponte e Gibbon (2005).

A discussão passará para o elo entre governança, normas e melhoria. Norma é uma das palavras mais articuladas (Tabela 1) que vincula governança à melhoria. No entanto, a governança sozinha continua a não explicar completamente a melhoria, conforme sugerido por Pietrobelli et al. (2010), que definiu sistemas de inovação (SI) compatíveis com a CGV. Para os autores, a CGV está em constante evolução e, com base nas

críticas da RGP, depreende-se que a proximidade relacional pode ser tão útil quanto a proximidade geográfica (vide problematização na Tabela 3).

A posição deste artigo é a de que os teóricos da CGV e da RGP continuam trabalhando nos blocos de construção da ciência que complementam a teoria com seu próprio fundamento teórico. As origens dos conflitos desses teóricos não estão na teoria da CGV, mas nos paradigmas da economia política e da geografia econômica. Ambas as academias têm razões nobres para aprimorar as condições de melhoria nos países menos desenvolvidos.

A melhoria foi a sétima palavra mais repetida (Tabela 1). Humphrey e Schmitz (2002a), baseando-se na teoria da estratégia competitiva, descobriram que a maneira mais viável de obter retornos comerciais rentáveis reside na definição de melhoria (vide envolvimento na Tabela 3).

A definição de melhoria como “fazer produtos melhores, fazer de forma mais eficiente e passar para atividades que exigem mais qualificação” dada por Porter (1990) e Kaplinsky (2000) também usou outros atores ao definir e classificar a melhoria. A controvérsia é que a definição de melhoria passou de uma estratégia econômica (Humphrey & Schmitz, 2002b) (vide envolvimento na Tabela 3) para a capacidade de uma empresa de inovar e aumentar o valor agregado de seus produtos e processos, em Giuliani et al. (2005). Morrison et al. (2008) contribuem para as críticas da melhoria quando argumentam que a governança em cadeia pode ser complementada pela abordagem de capacidades tecnológicas para explicar a melhoria com mais precisão (vide envolvimento na Tabela 3).

Uma controvérsia com a definição de melhoria introduzida por 15+CGV-estrutura de 2002 a 2014 é a de que essa definição vincula a melhoria e o valor, ao passo que a agregação de valor é a estratégia mais viável para a melhoria. Valor é a segunda palavra mais repetida (Tabela 1), porém pouco articulada pela teoria da CGV (não presente na Tabela 2), como observado por Gibbon et al. (2008) (vide persuasão na Tabela 3).

A agregação de valor não é a única estratégia de melhoria da CGV; a formação de rede é outra solução para melhoria, conforme

observado por Humphrey e Schmitz (2002b). Rede não é uma palavra classificada como mediadora em 15+CGV-estrutura devido à sua menor contagem (não presente na Tabela 1) e devido à sua menor articulação (não presente na Tabela 2). A controvérsia é que os conceitos de valor e rede não são bem articulados, mas são oferecidos como uma solução para a melhoria.

O 15+CGV-estrutura incluiu normas sociais desde 2002. Em 2005, as estratégias com foco na produtividade (*high road*) e com foco nos custos (*low road*) para a melhoria de Giuliani et al. (2005) adotaram a última forma de melhoria e declínio social de Gereffi (2014). A solução para o alargamento do construto incluiu governança vertical dentro na cadeia de valor e governança horizontal na aglomeração (vide problematização na Tabela 3). Gereffi e Lee (2014) consideram sua estrutura mais robusta; no entanto, o problema de várias governanças conjuntas atuando na melhoria ainda não foi resolvido.

Gereffi e Lee (2014) usam a definição de melhoria de Barrientos Gereffi e Rossi (2011), que se refere ao processo de melhoria dos direitos dos trabalhadores como atores sociais e à melhoria da qualidade de seu emprego. Os autores também usam as rotas de Oliveira (2008) para a melhoria social em sua estrutura visando uma melhoria econômica e social.

A controvérsia é que a melhoria social descrita por Barrientos et al. (2011) tem normas como sua caixa-preta; portanto, se as normas sociais aumentam, a melhoria também aumenta. Para Oliveira (2008), a melhoria social refere-se a estratégias de longo prazo para melhorar as normas sociais e ambientais. O autor aponta para a inseparabilidade entre a melhoria social e ambiental. A melhoria tem diferentes definições, sendo que para Barrientos et al. (2011), normas melhores resultam em melhoria, e para Oliveira (2008), a melhoria resulta em normas melhores.

A conclusão do capítulo principal é a de que a governança e a melhoria estão teoricamente ligadas. Descrevemos as lacunas teóricas encontradas ao apresentar as controvérsias. As definições de governança e melhoria são as principais lacunas identificadas neste capítulo. A palavra norma também está ligada a ambos

os conceitos principais da CGV, mas não é um conceito mediador. O capítulo seguinte oferecerá uma abordagem para uma aproximação à teoria de rede e discutirá as lacunas do 15+CGV-estrutura.

5 Discussão: como preencher as lacunas do 15+CGV-estrutura?

A primeira lacuna abordada no capítulo anterior é a articulação dos conceitos de valor e rede. As palavras rede e valor não são mediadoras (não presentes na Tabela 2), e sua presença menor se deve a naturezas ontológicas. Valor é um conceito importado da cadeia de valor agregado, e uma cadeia sequencial, e não uma rede, representa a estrutura da CGV (Porter, 1985). O valor, como valor agregado, deve permanecer na estrutura da CGV para vincular as estruturas de governança às mudanças na produção.

Esta seção passará para a governança e melhoria. A força explicativa da teoria da CGV é que a governança da cadeia global de valor pode ter uma caixa-preta e, com essa simplificação da teoria, é possível prever formas de governança e resultados. O movimento de usar a teoria de rede para ajudar a complementar as possíveis lacunas da CGV precisa de uma aproximação de vocabulário.

A proposta deste artigo é transladar governança e rede de governanças e transladar melhoria como resultados, mas antes de transladar definições no vocabulário da teoria de rede, esta pesquisa precisa apontar a necessidade de combinar diferentes epistemologias.

Klijn, Steijn e Edelenbos (2010) definem redes de governança como padrões estáveis de relações sociais entre atores mutuamente dependentes. O autor ressalta que os resultados das redes de governança estão estritamente relacionados à gestão de redes.

Para Fawcett e Daugbjerg (2012), os resultados são condicionados pela estrutura e pela gestão da rede. A explicação dos resultados da governança precisa da combinação entre a Escola de Governança em Rede (NWG, na sigla em inglês) e a Análise de Rede de Política (PNA, na sigla em inglês). Os autores ressaltam que, para a Escola PNA, o poder é exercido pela exclusão de atores e pela institucionalização da solução

de problemas políticos, e para a Escola NWG, os resultados da governança são afetados pelo contexto mais amplo em que estão inseridos. As conclusões de ambas as escolas são necessárias para transladar o mediador central, porque a definição liga o poder das empresas líderes e os resultados da melhoria; em que a governança da CGV é:

“...uma peça central da análise da CGV. Ela mostra como o poder corporativo exercido pelas empresas líderes globais molda a distribuição de lucros e riscos em um setor e como isso altera as perspectivas de melhoria das empresas nas economias desenvolvidas e em desenvolvimento incluídas e excluídas das cadeias de suprimentos que constituem cada setor.” (Gereffi & Lee, 2014, p. 28)

Os autores da teoria de rede também usam a palavra governança. Rhodes (1997) é um autor utilizado pela PNA e pela NWG e descreve que a governança se refere à governança com e por meio de redes. Para Bevir e Rhodes (2006), a governança em rede é a história que as pessoas usam para construir, transmitir e explicar tradições, dilemas e práticas. Para os autores (Bever & Rhodes, 2006; Rhodes, 1997), a rede não é um determinado conjunto de características; eles não aplicam uma descrição abrangente da governança em rede, uma vez que esta carece de propriedades essenciais. Para os autores, as narrativas descrevem melhor a governança.

A segunda translação proposta é definir a melhoria como um resultado, já que o 15+CGV-estrutura articula a melhoria como um resultado esperado. A melhoria é um resultado visado por meio de governança específica. A translação do resultado permite uma aproximação das perspectivas da rede que usam governança como a caixa-preta para executar explicações e perspectivas que usam o ECT como um PPO para as explicações (vide a Tabela 3 e a Tabela 2).

Uma aproximação são os trabalhos de Gereffi e Lee (2014) e Provan e Kenis (2007). O primeiro autor usa como caixa-preta a governança regida pelos participantes, como a organização líder e a organização administradora de rede, enquanto o segundo autor usa como

caixa-preta a governança na forma privada, social e pública. Para Provan e Kenis (2007), a eficácia organizacional pode ser um resultado de governança. Essa aproximação pode não ser viável devido a diferenças estruturais; no entanto, em uma epistemologia política, as restrições das ontologias devem ser evitadas.

Outra aproximação é a de Gereffi et al. (2005) e Jones et al. (1996). Os primeiros autores usam a ECT como um PPO para descrever em quais condições a governança emerge e prospera, enquanto os segundos autores usam a ECT como um PPO para definir a governança pelo grau de coordenação explícita e assimetria de poder. Para (Jones et al., 1996), a rede de governanças são mecanismos de troca. Essa visão pode ajudar a teoria da CGV ao fornecer orientações para melhorias na governança das empresas líderes.

A governança em rede não é um conceito estático, mas dinâmico (Jones et al., 1997), é um ator que surge e prospera (Provan & Kenis, 2007), e que não possui uma conta abrangente (Bever & Rhodes, 2006; Staritz & Moris, 2013). A translação da governança em rede para o vocabulário da teoria da CGV pode exigir o abandono da organização como caixa-preta, como mercado ou hierarquias, mas como forma organizacional em rede.

As formas de organizações em rede são o conjunto de atores que repete as operações de troca nas quais surge a solução de disputas (Poldony & Page, 1998), pois a rede do autor não é a combinação nem a hibridação da ECT (hierarquias) e da teoria principal-agente (mercados); é antes uma forma organizacional. A teoria de governança em rede adota a inserção como um ator crucial para a compreensão dos resultados da rede. Essa direção pode ajudar a teoria da CGV, fornecendo uma compreensão da inserção da governança e dos atores da melhoria em Gereffi e Lee (2014).

Para Uzzi (1996), a inserção se refere ao processo pelo qual as relações sociais moldam a ação econômica, e os resultados da inserção não são incondicionalmente benéficos. O autor argumenta que a estrutura social rege os processos intervenientes que regulam os resultados essenciais do desempenho, tanto positivos quanto negativos

(Uzzi, 1997). A inserção estrutural proporciona os fundamentos dos mecanismos sociais (Jones et al., 1996), referindo-se à inserção como uma das fontes da governança. O conceito de inserção pode ajudar a teoria da CGV, fornecendo explicações sobre como a piora, como um resultado da governança, pode ser criada incondicionalmente.

Governanças verticais e horizontais (Gereffi & Lee, 2014) moldam a ação econômica para a melhoria social e econômica. Relações sociais formam governanças; por exemplo, nas ações de RSC, em que as corporações representam os interesses da sociedade. Um dos resultados pretendidos pela governança é a melhoria; no entanto, a piora também é um resultado possível. Em 15+CGV-estrutura, a governança e a melhoria/piora estão inseridas.

A inserção também pode ajudar a teoria da CGV, fornecendo explicações sobre como os atores lidam com suas ações dentro da “estrutura de governança” da empresa, em vez de lidar com negociações complexas (Granovetter, 1985). Para o autor, a maioria dos comportamentos está intrinsecamente inserida nas redes dos relacionamentos pessoais.

O argumento tenta evitar visões pulverizadas das teorias de ação, e a visão neoclássica faz uma pequena tentativa de uma compreensão geral dos resultados como crescimento, inflação e desemprego (Granovetter 1985). Na definição da inserção dada por Granovetter (1985), as identidades, interesses e objetivos do agente são resultados variáveis. Isso significa que o agente não está imerso na rede nem é emoldurado por ela.

A inserção é importante para a teoria da CGV, pois a abordagem da cadeia global de valor descreve as governanças e os resultados da industrialização nas últimas décadas. As ações por trás da melhoria estão profundamente inseridas socialmente nos modelos de IOE, nas estratégias de empresas líderes, nas estratégias de redução da pobreza, nos paradigmas e normas das disciplinas acadêmicas (econômicas, sociais e ambientais).

Esta pesquisa ressalta que as definições de governança e melhoria estão teoricamente inseridas. A sugestão é definir o conceito de governança como um PPO entre a teoria da

CGV e a teoria de rede. A governança precisa ser traduzida como uma rede de governança.

A translação de definições existentes pode resultar em progresso teórico na CGV e na teoria de rede. No entanto, o avanço teórico pode não ser alcançado apenas por meio da combinação da governança a partir de abordagens distintas, mas também da translação da governança da CGV na teoria da rede de governança.

A governança em rede toma forma em diferentes instâncias (organizacional, interorganizacional e institucional) e compõe o social em que são formadas pela imbricação de atores humanos e não humanos, configurando-se também como um ator não humano relevante (Montenegro, 2013).

A definição abaixo proposta por Montenegro (2013) poderia ser usada para redefinir a governança da CGV de Gereffi e Lee. (2014) apresentado anteriormente neste capítulo: “As redes de governança são complexas e dinâmicas. Elas podem ter características como interdependência, intercâmbio de recursos e informações, e também uma relativa autonomia” (tradução de Montenegro, 2013, p. 164).

Law usa a teoria ator-rede (TAR) como PPO, e as disciplinas de rede e estratégia como caixa-preta, para redefinir a governança. Envolve seus leitores oferecendo uma nova definição de governança baseada em Rhodes (1997); canaliza os interesses do leitor, delineando uma abordagem metodológica para entender os resultados da governança; e cria interesse nos leitores, combinando estratégias e ciências de rede em uma translação específica. A problematização dos autores é uma oferta de estrutura analítica.

Para Montenegro e Bulgacov (2014), a inserção do ator e sua controvérsia devem ser exploradas para descrever as rotas da imbricação humana e não humana. As redes de governança não estão no centro da análise, representando apenas uma de suas unidades. A estrutura de estratégia define a rede de governança, os atores humanos e não humanos e os resultados estratégicos como a unidade das análises.

As controvérsias sobre a inserção de atores serão a rede de governança e os resultados estratégicos que alimentam as fontes. A inserção

fornece uma rede teórica de fontes de governança (Jones et al., 1996), bases teóricas para resultados positivos e negativos (Uzzi, 1996; Uzzi, 1997) e uma perspectiva teórica para evitar visões pulverizadas que classificam os resultados como algo predeterminado por definição (Granovetter, 1985).

A estrutura de Montenegro e Bulgacov (2014) pode ser usada para enquadrar quais atores específicos atuam em redes distintas de governança e quais resultados são gerados pela estratégia (melhoria/piora). As normas da CGV podem ser um dos atores não humanos essenciais. A contribuição dos pesquisadores para a teoria da CGV deve separar cuidadosamente a governança da melhoria.

6 Conclusões

A questão central é qual o interesse da teoria da CGV e qual seu objetivo? A resposta é controlar (governança) resultados industriais adversos (piora) e promover melhores resultados industriais positivos (melhoria) usando a definição de parâmetros (normas). Uma das conclusões é que o 15+CGV-estrutura visa articular o desenvolvimento industrial entre nações dentro de sua rede de relações (universidades, centros de pesquisa, organizações internacionais, bancos).

A translação do envolvimento foi essencial para descrever as contradições entre os atores-mundo, pois é a distribuição dos papéis de um ator-mundo; quando implementado em outros atores-mundo, o envolvimento pode não ser válido, permitindo uma descrição contraditória. A translação da problematização foi usada para resolver disputas em um campo específico de resolução. Outra conclusão é a de que a argumentação ator-rede analisada articulava resultados de poder emprestando forças de seus centros de translação e de seus porta-vozes.

Essa fragilidade da pesquisa permanece em primeiro lugar na incapacidade da TSCT de fornecer explicações; no entanto, a TSCT pode definir um vocabulário de discussão e uma estratégia para o mapeamento científico. Em segundo lugar, essa pesquisa se concentrou apenas na produção científica mais articulada sobre

CGV, deixando várias outras soluções possíveis em silêncio. Em terceiro lugar, o valor e a lacuna na rede não foram abordados.

Governança e melhoria são conceitos centrais nos conceitos da CGV, e ambos têm definições controversas. Norma é o conceito que liga a governança da CGV à melhoria; no entanto, esse conceito tem um significado controverso. Os artigos de Gereffi e Lee (2014) usam perspectivas que definem a melhoria como causa (Barrientos et al., 2011) e como resultado (Oliveira, 2008). Essa falta de definição leva à conclusão de que a CGV é uma teoria em evolução, conforme observado por Pietrobelli e Rabelotti (2010).

Este artigo propõe duas translações dos conceitos de CGV em conceitos de teoria de rede. A primeira é transladar a governança como uma rede de governança, enquanto a segunda é transladar a melhoria como resultados. Essa translação permitirá, primeiramente, uma aproximação entre as teorias e, em segundo lugar, o tratamento da piora não somente como um efeito adverso não intencional.

A inserção dos atores (Granovetter, 1985) irá se tornar a fonte de uma rede de governança e seus resultados. Esta conclusão está alinhada à produção científica anterior sobre CGV, que utiliza a inserção local como um impulsionador da melhoria (Pietrobelli & Staritz, 2013; Staritz & Morris, 2013).

A principal conclusão é a de que a inserção é importante para o 15+CGV-estrutura, porque a ação econômica dentro da CGV é afetada socialmente e porque as criações dos conceitos da CGV transportam diferentes paradigmas. A inserção é um possível elo entre a CGV e as teorias de rede, e a discussão deve avançar nesse ator-rede. A teoria da governança pode ajudar o construto da CGV, fornecendo explicações teóricas sobre a melhoria como resultado da governança.

As teorias de rede podem ajudar o 15+CGV-estrutura, concentrando-se nos conceitos de governança da inserção do construto da CGV, normas e melhoria/piora. A discussão aponta para a estrutura de estratégias (Montenegro & Bulgacov, 2014) como possível contribuidor para os avanços da teoria da CGV.

Referências

- Barrientos, S., Gereffi, G., & Rossi, A. (2011). Economic and social upgrading in global production networks: A new paradigm for a changing world. *International Labour Review*, 150(3-4), 319-40 .
- Barrientos, S., Knorringa, P., Evers, & B., Visser, M. (2015, november 26). Shifting regional dynamics of global value chains: Implication for economical and social upgrading in African horticulture. *A Environment and Planning*, 1-18. doi: 10.1177/0308518X15614416
- Barrientos, G., & Picles, J. (2016). New dynamics of upgrading in global value chains: Shifting the terrain for suppliers and workers in the Global South. *Environment and Planning*, 48(7) 1214-1219.
- Bevir, M., & Rhodes, R. A. W. (2006). *Governance Stories*. London: Routledge.
- Callon, M. (1986). Some elements of a sociology of translations: Domestication of the scallops and fishermen of St. Brieuç Bay. In J. Law (Ed.) *Power Action and Belief: A new sociology of knowledge* (pp. 196-223). London: Routledge and Kegan Paul.
- Callon, M., Law, J., & Rip, A. (Eds.) (1986). *Mapping the dynamics of science and technology*. London: The Macmillan Press LTD.
- Coe, N. M., Dicken, P., & Hess, M. (2008). Global production networks: Realizing the potential. *Journal of Economic Geography*, 8(1), 271-295.
- Fawcett, P., & Daugbjerg, C. (2012). Explaining governance outcomes: Epistemology, network of governance and policy network. *Political Studies Review*, 10, 195-207.
- Gereffi, G. (2001). Beyond the producer-driven/ buyer-driven dichotomy: The evolution of the global value chains in the internet era. *IDS Bulletin*, 32(3), 30-40.
- Gereffi, G., Humphrey, J., & Sturgeon, T. (2005). The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, 1(12), 70-104.
- Gereffi, G. (2014). Global Value Chains in a post-Washington consensus world. *Review of International Political Economy*, 1(21), 9-37.
- Gereffi, G., Lee, J. (2014). Economic and social upgrading in global value chains and industrial clusters. *Journal of Business Ethics*, 133(1), 25-38.
- Gibbon, P., Bair, J., & Ponte, S. (2008). Governing global value chains: An introduction. *Economy and Society*, 37(3), 315-338.
- Giuliani, E., Pietrobelli, C., & Rabellotti, R. (2005). Upgrading in global value chains: Lessons from Latin American clusters. *World Development*, 33(4), 549-573
- Granovetter, M. (1985). Economic action and social structure: The problem with embeddedness. *The American Journal of Sociology*, 91(3), 25-56
- Granovetter, M. (1992). Network and organizations: Structure, forms and action. *The Harvard Business Press*, 25-56.
- Henderson, J., Dicken, P., Hess, M, Coe, N., & Yeung, W. C. (2002). Global production networks and the analysis of economic development. *Review of International Political Economy*, 9(3), 436-454.
- Hernandez, V., & Pedersen, T. (2017) Global value chain configuration: A review and research agenda. *Business Research Quarterly*, 20, 137-150
- Humphrey, J., & Memedovic, O. (2006). Global value chain in the agri-food sector. *UNIDO Working Paper*, 1-54. Viena. Retrieved from https://www.unido.org/sites/default/files/2009-05/Global_value_chains_in_the_agrifood_sector_0.pdf
- Humphrey, J., & Schmitz, H. (2001). Governance in Value Chains. *IDS Bulletin*, 32(3), 19-29.
- Humphrey, J., & Schmitz, H. (2002a). How does the insertion in global value chains affect

- upgrading in industrial clusters? *Regional Studies*, 36(9), 1-16.
- Humphrey, J., & Schmitz, H. (2002b). Developing countries firms in the world of economy: Governance and Upgrading in Global Value Chains. *INEF Report*, 61, 1-35.
- Jones, C., Hersterly, W. S., & Borgatti, S. P. (1997). A general theory of network governance: Exchange conditions and social mechanisms. *Academy of Management Review*, 22(4), 911-945.
- Kaplinsky, R. (2000). Globalization and unequalization: What can be learned from value chain analysis? *Journal of Development Studies*, 37(2), 117-46.
- Kaplinsky, R., & Moris, M. (2016). Thinning and thickening: Productive sector policies in the era of global value chains. *European Journal of Development Research*. 28(4), 625-645.
- Klijin, E. H, Steijn, B., & Edelenbos, J. (2010). The impact of network management strategies on the outcomes in governance networks. *Public Administration*, 88(4), 1063-1082.
- Latour, B., & Bastide, F. (1986). Writing science-fact and fiction: The analysis of the process of reality construction through the application of socio-semiotic methods to scientific texts. In B. Latour, & F. Bastide (eds.). *Mapping The Dynamics of Science and Technology* (Cap. 4, p. 51 – 66). London: The Macmillan Press LTD.
- Latour, B. (2012). *Reassembling the social*. London: The Macmillan Press LTD.
- Law, J. (1986) Laboratories and Texts. In Callon, M., Law, J., Rip, A. (Eds.). *Mapping the Dynamics of Science and Technology*. London: The Macmillan Press LTD.
- Law, J. (1999). After ANT: Complexity, naming and typology. In J. Law, J. Hassard (Eds.), *Actor Network Theory and After* (pp. 1-14). Oxford: Blackwell.
- Lee, J., Gereffi, G., & Beauvais, J. (2012). Global value chains and agri-food standards: Challenges and possibilities for smallholders in developing countries. *PNAS*, 109(31), 12326-12432.
- MAXQDA (2017). (Version 12.1) [software for qualitative data analysis], Berlin: VERBI Software.
- Montenegro, L. M. (2013). *Um parlamento de Múltiplos Atores: Um estudo sob a perspectiva da teoria ator-rede para o entendimento da governança e dos resultados estratégicos de cursos de graduação em administração de instituições de ensino particulares de Curitiba* (Doctoral Dissertation). Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, PR, Brazil.
- Montenegro, L. M., & Bulgacov, S. (2014). Reflections on Actor-Network Theory, governance networks, and Strategic Outcomes. *Brazilian Administration Review*, 11(1), 107-124.
- Morrison, A., Pietrobelli, C., & Rabellotti, R. (2008). Global Value Chains and technological capabilities: A framework to study industrial innovation in developing countries. *Oxford Development Studies*, 36(1), 1-27.
- Nadvi, K. (2008). Global standards, global governance and the organization of global Value Chains. *Journal of Economic Geography*, 8(3), 1-21.
- Oliveira, J. A. P. de, (Ed.) (2008). *Upgrading clusters and small enterprises in developing countries: Environmental, labor, innovation and social issues*. Hampshire: Ashgate Publishing.
- Pietrobelli, C., & Rabellotti, R. (November 2010). Global value chains meet innovations systems: Are there learning opportunities for developing countries? *Inter-American Development Bank*, 232, 1-24.
- Pietrobelli, C., & Staritz, C. (May 2013). Challenges for global value chain interventions in Latin America. *Inter-American Development Bank*, Competitive and Innovation Division. III, Title IV, Serie IDB-TN-548.
- Poldony, J. M., & Page, K. L. (1998). Network forms of organization. *Annual Review of Sociology*, 24, 54-76.

Ponte, S., & Gibbon, P. (2005). Quality standards, conventions and the governance of global value chains. *Economy and Society*, 34(1), 1-31.

Porter, M. (1985). *The competitive advantage: Creating and sustaining superior performance*. New York: Simon and Schuster.

Porter, M. (1990). *The competitive advantage of nations*. London: Macmillan.

Powell, W. (1990). Neither market nor hierarchy: Networks forms of organizations. *Research in Organizational Behavior*, 12(1), 295-336.

Provan, K. G., & Kenis, G. (2007). Modes of network governance: Structure, management, and effectiveness. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 18(2), 229-252.

Rhodes, R. A. W. (1997). *Understanding governance: Policy networks, governance, reflexivity and accountability*. Buckingham; Philadelphia: Open University Press.

Staritz, C., & Morris, M. (2013). *Local Embeddedness, upgrading and Skill development: global value chains and foreign direct investment in lesotho's apparel industry*. ÖFSE Working Paper 32. Vienna: ÖFSE. (Accessed October 9, 2012). Retrieved from http://www.oefse.at/Downloads/publikationen/WP32_lesotho.pdf

Uzzi, B. (1996). The sources and consequences of embeddedness for the economic performance of organizations: The Network Effect. *American Sociological Review*, 61(4), 674-698.

Uzzi, B. (1997). Social structure and competition in interfirm networks: The paradox of embeddedness. *Administrative Science Quarterly*, 42, 35-67.

Yeung, W., C., & Coe, M., N. (2015). Toward a dynamic theory of global production networks. *Economic Geography*, 91(11), 29-58.


Agências de fomento:

“Este estudo foi financiado em parte pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Autores:

1. Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes, doutorando, Fundação de Ensino Inaciana (FEI), São Paulo, Brasil. E-mail: paulojordão@ufpi.edu.br.

ORCID

 0000-0003-3873-8396

2. Caio Flavio Stettiner, mestrado em Educação, Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: cstettiner@gmail.com

ORCID

 0000-0002-4479-7416

3. Marcelo T. Okano, pós-doutorado em Engenharia de Produção pela UNIP, pós-doutorado em Engenharia de Produção pela UNESP – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, São Paulo, Brasil.

E-mail: marcelo.okano@cps.sp.gov.br

ORCID

 0000-0003-1680-7821

Contribuição dos autores

Contribuição	Paulo Jordão de Oliveira Cerqueira Fortes	Caio Flavio Stettiner	Marcelo T. Okano
1. Definição do problema de pesquisa	√	√	
2. Desenvolvimento das hipóteses ou questões de pesquisa (trabalhos empíricos)	√		
3. Desenvolvimento das proposições teóricas (ensaios teóricos)	√		
4. Fundamentação teórica/Revisão de literatura	√	√	
5. Definição dos procedimentos metodológicos	√	√	√
6. Coleta de dados	√		
7. Análise estatística	√	√	
8. Análise e interpretação dos dados	√	√	√
9. Revisão crítica do manuscrito	√	√	√
10. Redação do manuscrito	√	√	√
11. Outra (especificar)			

Errata

Onde se lia:

“Rev. Bras. Gest. Neg. São Paulo v.21 n.4 out-dez. 2019 p. 740-759.”

Leia-se:

“Rev. Bras. Gest. Neg. São Paulo v.21, Special Issue. 2019 p. 740-759”